

# FOLHA DE S. PAULO

# População julgará Supremo por decisão no mensalão, diz Calmon

24 JUL 2012

Corregedora afirma que expectativa é 'grande' em relação ao julgamento, que começa semana que vem

**Para ministra do CNJ, magistrados estão mais 'sensibilizados' pela opinião pública por causa de redes sociais**

A ministra Eliana Calmon, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), afirmou ontem que o julgamento do mensalão, que começa na próxima semana, vai influenciar a imagem que o próprio STF (Supremo Tribunal Federal) tem aos olhos da sociedade.

Para Calmon, a população fará um juízo de valor a respeito da decisão do tribunal de condenar ou não os réus.

Apesar disso, ela afirmou considerar improvável que os ministros do STF sejam influenciados pela opinião pública no julgamento.

"É um momento para se ter a ideia do que representa o Supremo na sociedade. Não conheço o processo, mas acho que há por parte da nação uma expectativa muito grande", disse ela, durante evento no Tribunal Regional Eleitoral, em São Paulo.

Calmon, que é corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), disse que a opinião pública, que hoje considera forjada pelas redes sociais na internet, já resulta em novas leituras por parte dos ministros do Supremo.

"O Supremo não se deixa influenciar pela opinião popular, mas já começamos a verificar que efetivamente não é mais com aquela frieza do passado. O país mudou, e a população está participando", disse Calmon.

"A opinião pública está sendo formada pelas redes sociais, a população se comunica entre si. Isso tem causado sensibilidade do STF."

A ministra já se envolveu em polêmicas com o Supremo. Criticou e foi criticada pelo ex-presidente do Supremo, Cezar Peluso. Ele chegou a dizer que havia "até uma suspeita" de que ela teria pretensões políticas na atuação da corregedora do CNJ.

## PROCESSO

A corregedora declarou discordar de um eventual desmembramento dos processos para que somente os réus com foro privilegiado passem pelo crivo do STF.

"No momento em que se fizer essa divisão, se quebra a prova, a continuidade da prova. O ideal é que todos sejam julgados pelo mesmo corpo de juízes."

Calmon também criticou, de forma velada, as interpretações do Judiciário que permitiram, por exemplo, o registro de candidaturas de pessoas que tiveram as contas rejeitadas pela Justiça

Eleitoral.

"A Lei da Ficha Limpa foi o primeiro passo da indignação popular. Aprovaram a lei porque não tinha como não aprovar, mas estão criando brechas a cada dia, na tentativa de uma acomodação", afirmou.

**“A opinião pública está sendo formada pelas redes sociais. Isso tem causado sensibilidade do STF**

ELIANA CALMON

24 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

### Advogado quer usar PowerPoint no julgamento

Em 1º de agosto, véspera do início do julgamento da ação penal do mensalão, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, submeterá ao plenário o pedido do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia Zilmar Fernandes para que seus advogados usem um sistema audiovisual na defesa oral.

O pedido foi formulado ao relator do processo, Joaquim Barbosa, pelos advogados Luciano Feldens e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Barbosa enviou o requerimento à presidência do STF.

A solicitação será a 10ª questão de ordem da ação, a ser examinada em sessão ordinária. Feldens e Kakay pretendem obter autorização para uso de data show (telão) com exibição de arquivos em PowerPoint.

Sugerem que o equipamento seja disponibilizado pelo STF para evitar “transtornos técnicos”.

Ainda sobre o mensalão, Ayres Britto pediu ao ministro José Eduardo Cardoso (Justiça) o reforço da Força Nacional durante o julgamento por estar preocupado com possíveis manifestações de grupos no local.

24 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Servidora do tribunal do Trabalho recebeu R\$ 91,9 mil

O TST (Tribunal Superior do Trabalho), que paga salários para cerca de 2 mil servidores e ministros, fez pelo menos 65 pagamentos brutos acima de R\$ 26,7 mil, o teto constitucional. Em nenhum caso reteve excedentes.

Isso porque boa parte dos vencimentos são acrescidos com indenizações, benefícios como 13º e gratificação de férias, que, por lei, não são contados para compor o teto.

O maior gasto foi para uma servidora cuja remuneração é de R\$ 6.700, mas recebeu R\$ 91.858,51 graças a uma vantagem eventual de R\$ 79 mil e outros benefícios.

No mês passado, 16 dos 25 ministros do TST receberam entre R\$ 34 mil e R\$ 58 mil em valores brutos. O presidente, José Orestes Dalazen, recebeu R\$ 51.149,38 brutos.

Questionada sobre como os ganhos chegaram a esses totais, a assessoria do TST disse que não haveria tempo hábil para responder. Prometeu dar detalhes hoje.

No Supremo Tribunal Federal, os 11 ministros receberam ao menos R\$ 35 mil, pois, além do salário, ganharam um terço referente a férias.

No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), há quatro pagamentos acima de R\$ 26,7 mil, todos para inativos ou pensionistas. O TSE informou que os ganhos extras são de férias e indenizações.

Alguns tribunais ainda apresentam dificuldades para o usuário acessar suas informações salariais.

Não há explicações sobre o que podem ser os “descontos diversos” citados, por exemplo. Além disso, em muitos casos, o arquivo não permite que os dados sejam manipulados em planilhas, o que dificulta saber quais são os valores máximos, mínimos e médio das folhas.

Até o final da tarde de ontem, segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), apenas 46 dos 90 tribunais brasileiros tinham publicado em seus sites os rendimentos de seus servidores e juízes.

O prazo dado pelo conselho vencia na sexta passada. Entre os tribunais superiores, só o Superior Tribunal Militar não fez a publicação.

# FOLHA DE S. PAULO

## Fora das ruas e em lugar nenhum

RAQUEL ROLNIK, BRUNO MIRAGAIA E JULIANA AVANCI

Desde os anos 60 tentam tirar ambulantes da rua. O prefeito fortaleceu essa política. Vamos jogar essas pessoas vulneráveis na miséria e na marginalidade?

24 JUL 2012

As ruas de São Paulo começaram a ser utilizadas para comércio ambulante a partir da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nos idos de 1850.

A primeira norma municipal de regulação da atividade foi a lei 292/1969, sobre “o modo de fiscalizar os mercadores ambulantes”.

Tal atividade resistiu por mais de um século a todos os ciclos econômicos — e atravessou o tempo adquirindo características próprias até o cenário atual, que consolidou como referências nacionais redutos de comércio popular em bairros paulistanos, como o Brás, 25 de março, República, Sé, entre outros.

Os Termos de Permissão de Uso foram concedidos em São Paulo desde 1965 para ambulantes de plantas ornamentais e estendidos como reserva de mercado aos deficientes físicos em 1986. A primeira tentativa de extinção dos ambulantes na cidade foi tomada por Ademar de Barros em 1960 — que se viu obrigado a recuar da decisão, por pressão social.

Essa política regulatória busca propiciar o desenvolvimento urbano e econômico local, criando oportunidades para geração de trabalho e renda, em especial aos trabalhadores mais vulneráveis, como idosos, deficientes e pessoas com baixa escolaridade, que têm menores chances de obter rendimentos de outra forma.

Desde 2009, a Prefeitura de São Paulo intensificou a (des)política de extinguir o comércio ambulante existente há décadas na cidade.

Sem qualquer planejamento de oferta de outras oportunidades e nenhum debate público, os pontos de comércio são extintos e os ambulantes removidos. O prefeito anuncia, às vésperas do fim do mandato, a construção de shoppings populares nas periferias, sem demons-

trar qualquer previsão orçamentária, terrenos disponíveis ou mesmo projetos e estudos dos locais. Também há qualquer participação popular na tomada dessas decisões.

Diante do risco à ordem socioeconômica, a Justiça determinou no dia 4 de junho a paralisação das remoções, tendo como fundamento:

- Falta de participação popular;
- Indícios de que a Constituição e as leis foram ignoradas;
- Que a decisão do prefeito é desproporcional e desarrazoada;
- Ausência do devido planejamento urbano;
- Indícios de ilegalidade quanto ao direito de defesa;
- Ilegalidade por falta de prévia oitiva das comissões permanentes de ambulantes, entre outros.

Essa decisão foi confirmada em 27 de julho por 22 dos 25 desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Isso demonstra que a manutenção dos ambulantes legalizados há décadas na cidade se mostra indispensável até que o município apresente uma alternativa concreta, urbanística, socialmente defensável e aberta ao debate público, ainda que com reassentamento alternativo. Isso irá evitar o rompimento da atividade comercial, desemprego, miséria e marginalização.

Como bem afirmado pelos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, a cidade de São Paulo ainda é uma “Berlândia” (uma mistura de Bélgica com Índia), o que exige que a Justiça garanta o direito de todos, em especial dos mais vulneráveis, a uma cidade justa e, de fato, heterogênea.

RAQUEL ROLNIK, 55, é urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

BRUNO MIRAGAIA, 33, é defensor público de São Paulo

JULIANA AVANCI, 30, é advogada do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

# FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda

TAM indenizar

cliente em R\$15 mil

24 JUL 2012

A Justiça mineira determinou que a TAM pague mais de R\$ 15 mil de indenização a um passageiro que teve a bagagem extraviada. O caso foi julgado em segunda instância em 4 de julho.

O soldador Paulo de Oliveira Santos, 44, teve uma mala extraviada em agosto de 2009, quando pegou um voo de São Paulo a Belo Horizonte. Ele voltava de Boston (EUA), onde mora.

Santos diz que levava videogame, notebooks, webcams e ternos, entre outros produtos, avaliados em cerca de R\$ 9.800. Ao receber a mala nove dias depois, viu que os itens tinham sido trocados por sandálias, chinelos e até calcinhas.

“Eu trazia presentes para a minha família. Quando a mala chegou, todo mundo estava reunido para ganhar as coisas. Quando abri, ninguém acreditou”, disse.

Segundo ele, a mala chegou de Manaus com etiqueta e cadeado fechado.

Ele afirma que procurou novamente a TAM, mas foi informado de que “não poderiam fazer nada”.

Além do valor perdido (que ainda deve ser corrigido), a Justiça determinou que a companhia pague R\$ 6.000 por danos morais.

O desembargador Fernando Caldeira Brant, relator do processo, afirma na decisão que Santos teve a honra ofendida e que o extravio de bagagens tem se tornado “fato corriqueiro”.

Procurada, a TAM declarou que só se manifesta nos autos do processo. Quando recorreu da primeira decisão, disse que Santos não havia comprovado os danos materiais e que o valor da indenização era excessivo. A empresa ainda pode recorrer.

# FOLHA DE S. PAULO

## Cachoeira passa por avaliação psiquiátrica antes de audiências

Empresário foi transferido para sede da PF em Goiânia para ser ouvido em processo

Um dia antes de participar de audiência na Justiça Federal em Goiás, o empresário Carlinhos Cachoeira passou ontem por duas avaliações psiquiátricas: uma por seu médico particular e outra por um perito criminal.

As avaliações foram um pedido da defesa de Cachoeira. Ele foi atendido pelo psiquiatra Antônio Frota, por cerca de meia hora. Além disso, um perito indicado pela Justiça Federal fará relatório para o juiz responsável pelo caso.

A partir da avaliação, o magistrado poderá decidir se Cachoeira permanece preso preventivamente ou se poderá responder ao processo em liberdade. “Estamos preocupados com o estado de saúde dele”, disse a advogada de Cachoeira, Dora Cavalcanti.

O empresário foi transferido ontem de presídio em Brasília para a sede da PF em Goiânia para participar de audiência. A mulher de Cachoeira, Andressa Mendonça, esteve no local e enviou um bilhete ao marido.

No papel, dizia que o amor entre eles “era mais forte que tudo” e que estava rezando pelo empresário.

As audiências ocorrerão entre hoje e amanhã na 11ª Vara Federal, onde corre processo em que Cachoeira e mais 80 pessoas são acusadas de crimes como corrupção e formação de quadrilha.

O processo tem origem na Operação Monte Carlo, a mesma que gerou o escândalo do qual o empresário é pivô.

Durante as audiências, primeiro serão ouvidas as testemunhas, depois os réus.

24 JUL 2012

**MÔNICA BERGAMO**

### **CRISE**

Carlinhos Cachoeira foi atendido ontem por seu psiquiatra particular em Goiânia. Ele vai hoje à audiência das testemunhas de acusação de seu processo. Amanhã, presta depoimento.

### **OFICIAL**

De acordo com interlocutores, o bicheiro alterna momentos de choro com outros de agressividade e está fortemente medicado. Um perito pode avaliar ainda nesta semana suas condições.

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Sem furar a fila

24 JUL 2012

Os advogados dos réus do mensalão estudam apresentar questão de ordem contra a possibilidade de o ministro Cesar Peluzo proferir seu voto antes de se aposentar, em 3 de setembro, passando à frente de quatro ministros. Caso vote após o relator e o revisor e deixe o STF, Peluzo não ouvirá os argumentos de sete colegas. Um ministro pode rever seu voto até o final, mas o do ex-presidente da Corte seria imutável, o que cercearia o amplo contraditório, dizem os advogados.

**Deixa** Outra das chicanas na mira dos defensores dos réus, a de arguir de novo a tese do desmembramento do processo, ganhou fôlego depois que o ministro Marco Aurélio Mello concedeu entrevista dizendo que seria necessário discutir o tema.

### EMPREITEIRAS JUSTIÇA ABRE AÇÃO CONTRA EXECUTIVOS

A Justiça Federal abriu processo criminal contra oito executivos e funcionários que trabalharam nas construtoras Mendes Júnior e OAS entre 1993 e 2000 pela suposta participação no esquema de pagamento de propinas em obras na gestão Maluf (1993-1996). As empresas não se manifestaram sobre a ação.

MÔNICA BERGAMO

### INTERVALO COMERCIAL

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) considerou legítima a demissão por justa causa de um funcionário que fumava maconha na hora do almoço e fora do ambiente de trabalho. A decisão afirma que o “poder disciplinar” do empregador tem base na “relação interpessoal e na confiança” e que o “mau comportamento” justifica a demissão.

### VOZ E IMAGEM

O funcionário, que trabalhava numa indústria mecânica de Minas Gerais, negou que estivesse fumando maconha. Um vídeo gravado pela polícia nas cercanias da empresa foi analisado por um perito que atestou que ele consumia a droga. O trabalhador venceu a causa no Tribunal Regional, mas foi enfim derrotado pelo TST.

24 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL DO LEITOR

#### **Processo civil**

O artigo "Por um processo civil justo" (Tendências/Debates, 18/7), de José Jácomo Gimenes e Marcos César Romeira Moraes, apresentou uma visão distorcida sobre os honorários advocatícios de sucumbência, desconsiderando que sua fixação deve levar em conta o grau de zelo e de trabalho do advogado, a natureza e a importância da causa e o tempo despendido pelo profissional da defesa do cliente, cuja demanda tramita ao longo de anos pelo Judiciário.

É necessário que se entenda que o pagamento aos advogados de valores justos ao final das demandas judiciais não apenas servirá para dignificar e garantir o trabalho da classe como permitirá constante aprimoramento profissional do advogado e, por consequência, ampliação e consolidação da cidadania. Por esse motivo, o Conselho Federal da OAB SP lança em todo o país, no próximo dia 10 de agosto, véspera do Dia do Advogado, o Dia Nacional de Defesa dos Honorários Advocatícios.

**MARCOS DA COSTA**, presidente em exercício da OAB-SP (São Paulo, SP)



# Castigo físico reproduz ciclo da violência

Estudo da Universidade de São Paulo concluiu que pessoas que apanharam dos pais quando crianças tendem a bater nos filhos.

PONTA GROSSA

Maria Gizele da Silva, da sucursal

■ Cerca de 70,5% dos adultos que apanharam dos pais na infância tendem a reproduzir o comportamento com seus próprios filhos. A conclusão é de uma pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), divulgada no mês passado. A “violência socialmente aprendida” — abordagem defendida no estudo — demonstra que o cumprimento de leis de proteção da infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a chamada Lei da Palmada, em discussão no Congresso, se torna mais difícil no contexto da cultura dos castigos físicos.

A Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar sobre Atitudes, Normas Culturais e Valores em Relação à Violação de Direitos Humanos e Violência foi realizada em 11 capitais brasileiras (Curitiba não foi inserida). O estudo foi realizado pela primeira vez em 1999 e repetido em 2010.

Em 11 anos, a parcela de adultos que apanharam dos pais caiu de 79,6%, em

**70%**  
dos adultos entrevistados pela USP afirmaram ter apanhado dos pais quando crianças. Para pesquisadores, eles são mais propensos a reproduzir esse comportamento com os próprios filhos.

1999 para 70,5%, em 2010. Segundo Renato Alves, um dos pesquisadores do NEV, o dado ainda não é suficiente para atestar que há uma tendência de queda na prática de castigos físicos pelos pais, mas é possível identificar que a violência contra a criança é mais criticada pela sociedade atual. “Hoje, ver um pai batendo em um filho na rua causa repulsa. Há um controle social maior”, afirma.

Alves diz que bater no filho não é algo obrigatoriamente ligado ao fato de o adulto ter apanhado quando era criança, mas ressalta que há uma tendência em se repetir o gesto. Assim, pais que não apanharam na infância têm menos probabilidade de bater nos filhos diante de uma desobediência.

A pesquisa também avaliou a percepção dos adultos quando os filhos se envolvem em brigas na escola. A reação mais comum entre os pesquisados é orientar os filhos a procurar uma autoridade escolar, seja um professor ou um diretor (49,2% das respostas). Outros 5,2% orientariam os filhos a bater de volta e 15,3%, a evitar brigas, mas revidar a agressão caso fosse agredido. “Quando a criança apanha, ela cresce com a visão de que a violên-

cia é uma coisa legítima e ela acha formas de reproduzir isso primeiramente na escola”, afirma Alves.

## Lei da Palmada

O Projeto de Lei 7.672 de 2010, conhecido como a Lei da Palmada, está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara Federal e ainda não foi aprovado, mas a legislação é uma estratégia defendida pela rede “Não Bata, Eduque” para evitar a continuidade do círculo vicioso demonstrado no estudo da USP.

“Temos no Brasil uma tradição de usar o castigo físico como padrão de educação. Uma estratégia para mudar isso seria termos uma lei apropriada que garanta o direito de as crianças serem educadas sem sofrer castigo ou tratamento humilhante. Só o debate da lei faz com que as pessoas parem para pensar”, defende o secretário-executivo do Instituto Noos, Carlos Eduardo Zuma.

Joyce Pescarolo, psicóloga do Instituto de Educação para a Não Violência e professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), critica as agressões graves cometidas contra filhos, mas não tem uma posição definida com relação às palmadas. “A palmada depende do contexto, até porque não existe uma educação que não seja violenta. Tirar a televisão do seu filho como forma de repreendê-lo por algum ato, por exemplo, é uma atitude violenta para a criança”, completa.

**CONTINUA**

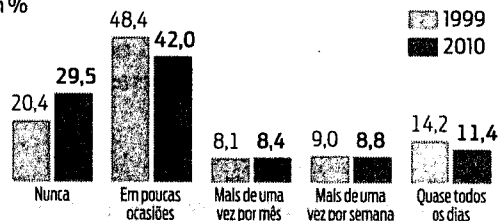
# GAZETA DO POVO

CRICULO VICIOSO

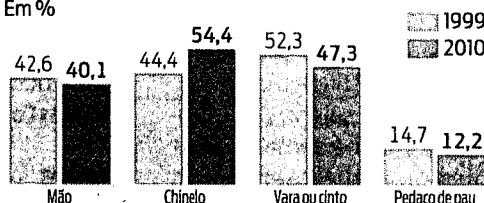
CONTINUAÇÃO 24 JUL 2012

Pesquisa constata que sete em cada dez pessoas que apanharam quando eram crianças tendem a punir os filhos com castigos corporais.

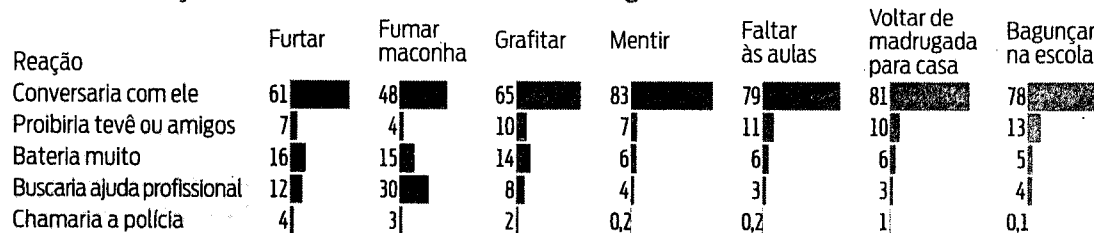
Com que frequência você apanhava quando era criança? Em %



Com o que você apanhava quando era criança? Em %



Qual a sua reação se o seu filho tiver uma atitude negativa?



Fonte: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Infografia: Gazeta do Povo.

## Surras podem deixar inúmeras sequelas

Dependendo do local do corpo atingido e da força usada pelo agressor, a surra pode deixar sequelas graves e comprometer o desenvolvimento da criança e do adolescente. "Pode ocorrer a impotência funcional do órgão, cicatrizes, efeitos neurológicos, deficiência auditiva e fraturas", explica a pediatra do Hospital Pequeno Príncipe Maria Cristina Marcelo da Silveira. O hospital é refe-

rência desde 2006 no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência.

Nos últimos dois anos, houve aumento de 13,3% nos casos de agressões atendidos no Pequeno Príncipe. Em 2010, 330 crianças e adolescentes vítimas de violência passaram pelo hospital. Em 2011, o número passou para 374, ou seja, pouco mais de um caso por dia. Conforme Cristina, 30% dos casos são

de vítimas de agressão física e 70%, de abuso sexual. "Em geral, são casos de maus-tratos que mostram a negligência dos pais ou responsáveis", diz.

Em casos extremos, a situação pode resultar em morte. No último dia 9, em Palmeira (Campos Gerais), uma mãe matou a facadas os filhos de 10 e 7 anos. O Conselho Tutelar do município já havia registrado, em 2007, uma denúncia de maus-tratos contra ela, mas a mãe permanecia com a guarda das crianças.

Os casos atendidos no Pequeno Príncipe são encaminhados à Polícia Civil e ao Conselho Tutelar.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 24 JUL 2012

## DECISÃO

### Justiça condena pai que deu "cintadas" na filha a dois anos de prisão

FOZ DO IGUAÇU

Fabiula Wurmeister, da sucursal

Um pai de Foz do Iguaçu foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) a uma pena de dois anos e 20 dias de prisão, em regime aberto, por ter batido na filha, na época com 10 anos, com uma cinta. Ismael Vieira Dias foi acusado pela ex-mulher e mãe da menina de maus-tratos, crime previsto no artigo 136 do Código Penal.

A surra, dada em 2010 para forçar a garota a fazer as tarefas escolares, teria provocado ferimentos leves, o que levou a mãe a denunciar o caso na tentativa de reverter o acordo sobre a guarda da criança. "Ficou comprovado que o acusado, ao dolosamente desferir 'cintadas' na vítima que estava sob sua guarda, expôs sua saúde a perigo, abusando dos melos de correção e disciplina", concluiu o juiz substituto da 1ª Câmara Criminal do TJ-PR, Naor de Macedo Neto.

Dias reconhece que apanhou dos pais na infância, mas garante que foi a primeira e única vez que bateu na filha. Ele explica que já havia sido chamado três vezes à escola onde ela estudava, por causa de atos de vandalismo e por ela ter desobedecido algumas regras, como o uso de celular em sala de aula. "Quando as reclamações chegaram, comecei a tirar algumas regalias dela, como o computador e assistir televisão até tarde. Em vez de melhorar, ela piorou, foi quando perdi o controle", afirma ele, que também é pai de um menino de 3 anos.

## Afastamento

Dias diz que continua vendo a filha a cada 15 dias, mas que a relação dos dois ficou abalada. "Tudo isso [a ação judicial] acabou me afastando da minha filha e perdi toda a autoridade sobre ela", lamenta, antes de afirmar que não se arrepende de ter tentado corrigi-la. "Eu passei por essa situação [apanhar dos pais] e não julgo ninguém por isso. Para mim serviu como lição e hoje me sinto bem por meu pai não ter passado a mão na minha cabeça."

## DISQUE 100

é o canal de denúncia 24 horas sobre maus-tratos contra crianças e adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos. O serviço atendeu a 34.138 ligações de todo o Brasil, entre janeiro e abril deste ano. O número é 71,2% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. No Paraná, o crescimento foi maior: 1.464 denúncias, 84,2% a mais que nos primeiros quatro meses de 2011.

24 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## Richa critica decisão que barra publicidade do governo

Governador afirma que o estado vai recorrer da determinação do juiz eleitoral que mandou que fossem retiradas do ar propagandas das UPSs

| Sandro Moser

► O governador Beto Richa (PSDB) chamou de “descabida” a decisão do juiz eleitoral Marcelo Wallbach Silva que suspendeu no último sábado a divulgação de comerciais do governo do estado referentes à instalação das Unidades Paraná Seguro (UPSs) em Curitiba.

O juiz entendeu que os comerciais beneficiavam o prefeito Luciano Ducci (PSB), candidato à reeleição, pois as UPSs são uma parceria do governo com a prefeitura. E a campanha de Ducci estaria usando o programa em sua campanha. A ação foi proposta pela coligação de Gustavo Fruet

(PDT), adversário de Ducci na disputa pela prefeitura.

Richa deu a declaração antes da cerimônia do acordo entre o governo e o Ministério das Cidades para a construção de moradias do programa Minha Casa, Minha Vida (leia mais na matéria ao lado).

O governador alega que a Lei Eleitoral não proíbe a divulgação de propaganda institucional. “Se o governo federal pode, porque o estadual não? Ninguém está acima da lei. Nem o juiz”, contestou.

Richa disse que a Procuradoria-Geral do Estado vai recorrer da decisão.

Suposto beneficiário do comercial, Ducci disse não ver qualquer relação entre a propaganda e sua campanha. “O governo estadual não pode parar ações de melhoria a segurança pública em Curitiba por conta de uma influência ou não que pode ter no processo eleitoral”, disse.

Caso haja descumprimento da decisão, o juiz estipulou multa de R\$ 10 mil por comercial exibido. Além de suspender a circulação dos comerciais já produzidos, a decisão proíbe também novas veiculações de publicida-

de institucional referente às UPS até a realização das eleições, em outubro.

### Pesquisa

O governador também comentou o resultado da pesquisa eleitoral divulgada pelo Datafolha no último sábado com as intenções de voto para a disputa pela prefeitura de Curitiba. O levantamento mostra um empate técnico entre os candidatos Ratinho Júnior (PSC), Luciano Ducci (PSB) e Gustavo Fruet (PDT).

Para o governador, a pesquisa “reflete apenas uma fotografia do momento”. Ele acredita que a campanha só “esquentará” a partir de agosto, quando começa a propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão “Aí, então, os eleitores estarão mais atentos para começarem a definir seus votos de acordo com as propostas de cada candidato”.

Pesquisa realizada entre 19 e 20 de julho com 832 entrevistados, em Curitiba. A margem de erro é de 3 pontos percentuais. As contratantes foram a Foha de S.Paulo e a RPC TV. A pesquisa foi registrada no TRE-PR sob o número PR-00017/2012.

24 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

**Olho vivo**

**CELSO NASCIMENTO**

## **Reforma 1**

O Ministério Público Estadual (MP) decidiu arquivar a representação protocolada sob nº 137 na qual anônimos pediam providências contra mudanças administrativas determinadas pelo governo na Procuradoria-Geral do Estado (PGE). É comum o MP receber denúncias anônimas – única maneira que servidores públicos encontram para se proteger de retaliações internas. Os promotores costumam entender a situação e, apesar de a autoria não poder ser identificada, nem por isso investigações deixam de ser feitas.

## **Reforma 2**

Nesse caso, o MP diz não ter encontrado motivos para investigar – mas os “anônimos” que recorreram ao canal institucional próprio, informados com o que consideraram um descaiso, mantêm a opinião de que a reforma administrativa que a PGE vem sofrendo desde o início do governo de Beto Richa coloca em risco interesses do estado. Citam um exemplo: processos que eram submetidos a diferentes procuradores em cada instância do trâmite judicial, agora são acompanhados do início ao fim por um único procurador designado. Na opinião dos denunciantes, essa foi a maneira encontrada pelo governo para ter me-

lhor “controle” sobre interesses em jogo, de caráter político ou econômico imediato, em detrimento do que seria melhor para o estado.

## **Reforma 3**

Citam como exemplo a recente edição do Decreto 5.007/2012, assinado por Richa, que dá poderes totais à PGE para decidir sobre a compensação de precatórios. A reforma implementada, afirmam, daria margem para que alguns credores do estado fossem beneficiados e outros não. Assim, alguns contribuintes poderiam ser privilegiados com a compensação de dívidas fiscais com precatórios enquanto outros, a critério da PGE, não conseguiriam o mesmo benefício. Basta convencer o agora único procurador encarregado dos casos sobre qual decisão de interesse do governo deve ser atendida.

## **Reforma 4**

O procurador-geral do estado, Júlio Cesar Zem, defende a reforma administrativa que implementa e, ao contrário do que afirma o grupo que lhe faz oposição interna, assegura que ela dará maior agilidade e racionalidade aos trabalhos da PGE. Segundo ele, a concepção constitucional de que a PGE é um órgão de estado e não de governo continuará sendo rigidamente seguida.

## **PONTA GROSSA**

### **Policiais civis são condenados por furto de crack**

Quatro pessoas foram condenadas pelo furto de 15 quilos de crack que estavam dentro do depósito da 13ª Subdivisão Policial em Ponta Grossa, nos Campos Gerais. Entre elas, dois policiais civis e um ex-policial militar. A sentença do juiz da 2ª Vara Criminal, André Luiz Schafranski, saiu ontem. O crack foi apreendido em 2010 e substituído por parafina. O ex-chefe da Seção de Furtos e Roubos da delegacia, José Carlos Vargas, que está preso, recebeu 16 anos e 4 meses de reclusão. Já o investigador Roberto Giebeluca, o ex-PM Fabian Brunoski e Enio Ferreira de Lima receberam pena de 5 anos e 6 meses de prisão.

## **COLUNA DO LEITOR**

### **Comerciais sobre UPS**

Acho que a Justiça está correta em suspender os comerciais sobre as UPSs em Curitiba (**Gazeta**, 22/7). Demoraram tanto tempo para implantar essas UPSs e agora fazem muito alarde sobre o assunto. Trata-se de uma obrigação do governo, que não precisa de publicidade, principalmente agora, às vésperas da eleição.

**Hermes Carlos Bollmann**

24 JUL 2012

## GAZETA DO POVO

### **STF pede reajuste, mas Dilma diz não**

▮ O reajuste do Judiciário foi um dos temas da conversa da presidente Dilma Rousseff com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, em audiência ontem, no Palácio do Planalto. A Justiça pede aumento médio de 33%, mas que atinge 56% para algumas categorias de servidores. De acordo com o Supremo, "as conversas continuam". Mas a presidente Dilma repetiu o discurso que tem feito ao longo do tempo para rejeitar qualquer tipo de reajuste neste momento de crise econômica internacional.

Dilma alegou a sua preocupação com as consequências ainda não totalmente conhecidas da crise. Segundo ela, não há margem fiscal para conceder reajustes neste momento, já que o governo tem dado prioridade ao estímulo à economia, com a preservação do emprego de quem não tem estabilidade.

### **Segurança**

Na conversa, o presidente do STF tratou ainda da segurança de juízes que estão sendo ameaçados. Ayres Britto mostrou-se muito preocupado com a gravidade das ameaças. A presidente teria informado que ia conversar com o Ministro da Justiça sobre a segurança de magistrados.

### **Supremo será julgado no caso mensalão, diz Eliana Calmon**

▮ A ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) será "julgado" pela opinião pública ao analisar o processo do mensalão, a partir do dia 2 de agosto. "Há, por parte da nação, uma expectativa muito grande e acho também que o Supremo está tendo o seu grande julgamento ao julgar o mensalão", disse ela. "O Supremo não se deixa muito influenciar pela opinião popular; ele sempre se manteve meio afastado. Mas começamos a verificar que já não é com aquela frieza do passado."

Já militantes do PT marcaram para hoje, em Brasília, um ato de apoio e solidariedade ao ex-tesoureiro da sigla Delúbio Soares. Ele é um dos 38 réus no processo do mensalão, que começa a ser julgado pelo STF na quinta-feira da semana que vem. Delúbio passou os últimos meses percorrendo o país, em encontros com a militância e integrantes de movimentos sindicais, para defender sua versão de que o mensalão não existiu.

24 JUL 2012  
GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## TRANSPARÊNCIA

# Lei dos Repetitivos reduz demanda ao STJ em 38%

24 JUL 2012

Objetivo é preservar a razoável duração do processo, bem como o caráter provisório das medidas

**A** aplicação da Lei dos Recursos Repetitivos e a redução dos formalismos são algumas das armas que o Superior Tribunal de Justiça vem utilizando para tornar a Justiça mais efetiva. Segundo dados divulgados pelo tribunal, nos primeiros seis meses de vigência da Lei 11.672/2008 houve diminuição de 37,92% no número de processos que chegaram à corte. No segundo semestre de 2008, foram registrados 19.990 recursos especiais, enquanto no mesmo período do ano anterior foram 32.202.

Desde então a corte vem firmando entendimento que distribuir a um mesmo magistrado as diversas causas que discutem matérias repetitivas não viola o princípio do juiz natural. Uma instituição bancária, inclusive, ingressou no STJ com o argumento de que a distribuição de ações individuais referentes a expurgos inflacionários concentradas em um único juízo seria ilegal. A Quarta Turma, no entanto, entendeu que a medida atende aos princípios da razoável duração do processo e da instrumentalidade. (AgResp 1.206.813).

A Primeira Seção entende que cabe, inclusive, a aplicação de multa nos casos em que a parte

reclama quanto ao mérito de questão decidida em recurso especial submetida ao rito dos repetitivos. “Se no agravo regimental a parte insiste apenas na tese de mérito já consolidada no julgamento, é certo que o recurso não lhe trará nenhum proveito do ponto de vista prático, pois, em tal hipótese, já se sabe previamente a solução que será dada ao caso pelo colegiado”, sustentou a ministra Eliana Calmon (Resp 1.306.098).

### **FORMALISMO**

Também apontado como um dos responsáveis pela lentidão da Justiça, o excesso de formalismo também vem sendo combatido pelo STJ. Em um conflito de competência julgado pelo STJ, em que uma mãe reclamava o pagamento de salário-maternidade em Lajeado, no Rio Grande do Sul, a Terceira Turma decidiu que não se pode dar primazia ao formalismo em detrimento do direito de a impetrante ter a sua causa julgada pelo juiz natural em tempo célere. O mero apego à formalidade, segundo o STJ, não pode levar o Judiciário a tomar decisões de escassa utilidade (CC 90.642).

Em casos que tratam da concessão de liminar em apreensão de bens envolvendo vários réus, o STJ decidiu que o prazo para ingressar com a ação principal, por exemplo, se conta a partir de qualquer ato que deu motivo ao sequestro, ainda que não foram todos concluídos.

O objetivo, segundo o STJ, é preservar a razoável duração do processo, bem como o caráter provisório das medidas cautelares, possibilitando a pronta instauração do processo principal, em prol daqueles que têm seus bens bloqueados, mas sem beneficiar os que, por qualquer motivo, não querem cumprir a liminar (Resp 1.040.404).



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## **Começa 2ª. fase de reestruturação do setor de precatórios**

**24 JUL 2012**

Uma equipe da Corregedoria Nacional de Justiça voltou ontem ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) para a segunda fase do trabalho de reestruturação da área de precatórios do Tribunal. Nesta etapa, a juíza auxiliar da Corregedoria Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas se reunirá com os representantes legais das entidades devedoras e procuradores jurídicos para discutir a regularização e o repasse de recursos para pagamento destas dívidas. Participam também destas reuniões os membros do Comitê Gestor da área de precatórios do tribunal.

A reestruturação do setor de precatórios na Justiça baiana teve início em junho deste ano. Na primeira fase do trabalho, a equipe da Corregedoria verificou o funcionamento do setor, fez um diagnóstico da situação, levantou a quantidade de processos existentes e se estava sendo cumprida a ordem cronológica para pagamentos. Também foi feita a capacitação dos servidores da área.

O TJBA é o 12º tribunal a ser atendido pelo programa de reestruturação do setor de precatórios da Corregedoria Nacional de Justiça. O programa tem como objetivo adequar estes setores à Emenda Constitucional 62 e à Resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), padronizando a gestão dos precatórios no Judiciário brasileiro.

O programa foi criado em 2011 e é uma das prioridades da corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, para este ano.

24 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# País vai julgar Supremo por mensalão, diz corregedora

Para Eliana Calmon, há 'expectativa muito grande' por parte da sociedade sobre o desfecho do processo

A ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) será julgado pela opinião pública ao julgar o processo do mensalão, maior escândalo da era Lula. "Há por parte da Nação uma expectativa muito grande e acho também que o Supremo está tendo o seu grande julgamento ao julgar o mensalão", disse. Eliana Calmon ressaltou que não conhece o processo, mas alertou: "Não é que o Supremo vá se pautar pela opinião pública, mas todo e qualquer poder, no regime democrático, também se nutre da confiabilidade daqueles a quem ele serve." Ela observou que os 11 ministros do STF estão mais sensíveis. Indagada se a pressão pública poderá influenciar nos veredictos, disse: "O Supremo não se deixa muito influenciar pela opinião popular, sempre se manteve meio afastado. Mas começamos a verificar que, efetivamente, já não é com aquela frieza do passado."

**ELIANA CALMON**

CORREGEDORA

'Não que o STF vá se pautar pela opinião pública, mas todo poder se nutre da confiabilidade daqueles a quem serve'



24 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**As vésperas do início.** Eliana Calmon afirma haver 'grande expectativa' quanto ao caso e que ministros hoje têm uma 'preocupação maior porque o País mudou e a população está participando'; ela considera positiva a decisão de manter todo o processo no tribunal

# Opinião pública vai julgar Supremo por resultado do mensalão, diz corregedora

A ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, afirmou ontem que o Supremo Tribunal Federal será julgado pela opinião pública ao analisar o processo do mensalão a partir do dia 2 de agosto. "Há por parte da Nação uma expectativa muito grande e acho também que o Supremo está tendo o seu grande julgamento ao julgar o mensalão", disse ela pouco antes de fazer uma palestra no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

A Procuradoria-Geral da República acusa 38 pessoas, entre elas José Dirceu, primeiro ministro da Casa Civil do governo Luiz Inácio Lula da Silva, de formar uma quadrilha para comprar o apoio de parlamentares no Congresso com dinheiro público.

Calmon disse que "não conhece o processo do mensalão, senão por jornais". "Como ele (Supremo) se porta diante dos autos, a realidade que está retratada nos autos vai ser mostrada quando do julgamento e é neste momento que o Supremo passa a ser julgado pela opinião pública, não é?", disse a corregedora.

"Não é que o Supremo vá se pautar pela opinião pública, mas todo e qualquer poder, no regime democrático, também se nutre da confiabilidade daqueles a quem ele serve", completou ela.

Indagada se a pressão pública pode influenciar o resultado, Calmon afirmou: "O Supremo não se deixa muito influenciar pela opinião popular, ele sempre se manteve meio afastado. Mas comecemos a verificar que já não é com aquela frieza do passado."

"Hoje, eles (*os ministros*) têm sim uma preocupação porque o País mudou e a população está participando", afirmou a corregedora da Justiça. "A imprensa influencia, mas a opinião pública também está sendo formada pelas redes sociais. É uma participação mais efetiva. Não é ninguém que está fazendo a cabeça da população, ela se comunica entre si, isso tem causado a sensibilidade do Supremo", completou.

"Acho que (*o julgamento*) seria um bom momento (*como resposta de um Judiciário forte*) do que representa o STF dentro de uma expectativa da sociedade como um todo", afirmou a corregedora.

Em junho, José Dirceu chegou a conclamar estudantes ligados à UNE (UNIão Nacional dos Estudantes) a ir às ruas para ajudá-lo. "Todos sabem que este julgamento é uma batalha política. E essa batalha deve ser travada nas ruas também porque senão agente só vai ouvir uma voz, a voz pedindo a condenação, mesmo sem provas. É a voz do monopólio da mídia. Eu preciso do apoio de vocês", afirmou em discurso.

No início de julho, o novo presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, afirmou que mobilizaria a entidade caso houvesse um julgamento "político". "Se isso ocorrer, nós questionaremos, iremos para as ruas", disse o sindicalista.

**Reações.** O advogado do empresário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza, apontado pela Procuradoria-Geral da República como o operador do mensalão, reagiu às declarações da corregedora. "Nas minhas alegações finais eu faço um comentário sobre a publicidade opressiva que cerca este processo e faço um pedido ao STF: que julgue de acordo com a prova dos autos, agrade ou não a opinião pública", disse Marcelo Leonardo. "Eu prefiro ficar com a frase de um ex-ministro do STF, quando o tribunal julgou e absolveu Fernando Collor. Ele disse que o Supremo não era um órgão de opinião pública", afirmou o advogado.

Já José Luís Oliveira Lima, que defende José Dirceu, minimizou as declarações. "Não entendo a frase da ministra como uma politização do julgamento, ela falou o óbvio", disse. "Os ministros são os mais experientes magistrados do País e saberão lidar com tranquilidade diante de qualquer tipo de manifestação."

**CONTINUA**

24 JUL 2012

**O ESTADO DE S. PAULO**  
**CONTINUAÇÃO**

• **Confiança**

**ELIANA CALMON**  
**CORREGEDORA NACIONAL DE**  
**JUSTIÇA**

"Há por parte da Nação uma  
expectativa muito grande e acho  
também que o Supremo está  
tendo o seu grande julgamento  
ao julgar o mensalão"



24 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Banco Rural tem R\$ 100 milhões em bens bloqueados pela Justiça

Reves ocorreu na esfera trabalhista, em processo que envolve negócios com ex-dono da Varig, Wagner Canhedo

Com diretores e ex-dirigentes processados no mensalão, o Banco Rural levou mais um golpe da Justiça. O Tribunal Superior do Trabalho autorizou o bloqueio e execução de bens da instituição num valor de mais de R\$ 100 milhões para o pagamento de dívidas trabalhistas do empresário Wagner Canhedo, ex-proprietário da extinta Vasp. Pela decisão da Justiça, o Banco Rural auxiliou Canhedo em "cristalina fraude" para tentar ocultar patrimônio e evitar a penhora de bens.

O Ministério Público do Trabalho e o Sindicato dos Aeroviários no Estado pediram a execução de bens de Canhedo para o pagamento de dívidas com os funcionários da Vasp, cuja falência foi decretada no ano de 2008.

A juíza Soraya Galassi Lambert determinou a penhora de bens devido a duas vendas de 71,6 mil cabeças de gado que Canhedo, por meio da Agropecuária Vale do Araguaia, à Rural Agroinvest em 2004, quando já não podia se desfazer de bens.

A magistrada ainda considerou "ineficazes" as vendas de Canhedo à Securinvest Holding S/A - pertencente ao grupo Rural - do imóvel do Hotel Nacional, em Brasília, e de um imóvel em Guarulhos, na Grande São Paulo.

Por meio de nota, o presidente do Conselho de Administração do Rural, Plauto Gouvêa, informou que quando o banco fez o "negócio regular" com a Agropecuária Vale do Araguaia, a empresa de Canhedo não estava entre os réus do processo contra o empresário. Segundo a nota, não havia impedimento à negociação, "que consistiu em um contrato de compra e venda de gado, absolutamente dentro do objeto social de ambas" as empresas.

Os bancos Rural e BMG são acusados de fazer empréstimos ao PT e a agências e empresas de Marcos Valério a fim de que o dinheiro fosse usado na compra de apoio de parlamentares ao governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República que deve conduzir o julgamento do mensalão a partir de 2 de agosto afirma que os empréstimos foram dados pelas duas instituições em troca de favores no governo federal. Os dois bancos são acusados de receberem benefícios para obter direitos de concessão de empréstimo consignado. O Banco Rural é acusado ainda de ter obtido apoio do governo na aquisição de parte do Banco Mercantil de Pernambuco.

O Rural e o BMG emprestaram ao PT cerca de R\$ 8 milhões no governo Lula. O partido diz que o dinheiro não era para comprar deputados. Mas admite que se tratava de uma maneira de quitar dívidas de campanha, inclusive de aliados, por meio de caixa 2. Essa será a versão a ser apresentada pelos advogados do ex-tesoureiro petista Delúbio Soares.

O PT pagou os débitos com os dois bancos recentemente. Para as empresas de Marcos Valério, os empréstimos somaram R\$ 55 milhões. Segundo a denúncia, eram empréstimos de fachada que nunca seriam pagos. As dívidas são cobradas na Justiça. O Rural tem quatro dirigentes ou ex-dirigentes como réus do mensalão.

**Pacto.** O ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, defensor do vice presidente do Rural, José Roberto Salgado, na ação do mensalão, disse que na abertura do julgamento vai pedir questão de ordem para protestar contra o fato de o Supremo Tribunal Federal não ter deslocado para a primeira instância os autos relativos aos acusados que não detêm prerrogativa de foro.

"Isso viola o Pacto de San José, artigo 8.º, que prevê as garantias judiciais e duplo grau de jurisdição", adverte Bastos.

Ele rechaça a acusação, que atribui a Salgado corrupção, peculato e quadrilha. "Como quadrilha se (*Salgado*) não conhece as pessoas (*outros réus*)? Era diretor de câmbio e internacional, não tinha nenhum contato com área de empréstimos, só assumiu a vice-presidência do banco em 2004 (*depois dos empréstimos*)."

### ● Os réus

Quatro réus no julgamento do mensalão são dirigentes ou ex-dirigentes do Banco Rural. São eles Kátia Rabello, José Roberto Salgado, Vinícius Samarane e Ayanna Tenório Torres de Jesus.

## PAPEL NO MENSALÃO

### ● Empréstimos

Segundo a Procuradoria-Geral da República, os bancos Rural e BMG repassaram R\$ 55 milhões para as empresas de Marcos Valério "sob o fundamento de pseudo-empréstimos". Os dois bancos também emprestaram mais de R\$ 8 milhões ao PT, que quitou a dívida em março deste ano

### ● Objetivo

O dinheiro foi usado, segundo a denúncia, para pagar dívidas do PT, comprar apoio político e enriquecer agentes públicos. Petistas dizem que ele foi usado só para caixa 2 de campanha

### ● Contrapartida

Conforme a denúncia, os bancos foram beneficiados pelo chamado núcleo político (composto por José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno e Silvío Pereira) na operacionalização de empréstimos consignados de servidores públicos

24 JUL 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça nega pedido da TIM para voltar a vender linhas de celular e internet

Na decisão, juiz afirmou que os planos de serviços das operadoras 'podem até ser infinitos e ilimitados, mas a paciência do consumidor não'

A Justiça Federal negou ontem o pedido da TIM de voltar a vender linhas de celular e internet móvel. A operadora havia entrado com um pedido para evitar a suspensão imposta pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que impediu a empresa de vender chips em 18 Estados e no Distrito Federal.

Na decisão, o juiz Tales Krauss Queiroz, da 4.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal do DF, afirmou que não poderia atender o pedido "em respeito aos quase 70 milhões" de clientes da operadora. "O consumidor, legitimamente, quer pagar menos e falar mais. E quer um serviço de qualidade."

"Com base na Constituição Federal, que prevê o direito a uma prestação adequada do serviço, e em respeito aos quase 70 milhões de clientes da TIM, concluo que seu pedido liminar não pode ser admitido", completou.

Queiroz também destacou que a medida da Anatel – que também suspendeu as vendas da Claro em três Estados e da Oi em outros cinco – não foi ilegal. Ele reconheceu que a penalidade foi dura e austera, mas necessária.

Ontem os chips da TIM, da Claro e da Oi continuaram a ser vendidos em bancas de jornal e camelôs. A Claro, que tentou reverter a decisão apresentando novo plano de investimentos à Anatel, terá de esperar pelo menos até sexta-feira.

**Paciência.** "Os planos de serviços da impetrante e das demais operadoras podem até ser infinitos e ilimitados, como expressam as frequentes e sedutoras campanhas publicitárias das empresas. A paciência do consumidor, não", acrescentou o juiz. Segundo Queiroz, o índice de reclamação da TIM no Distrito Federal foi 60% superior à média das demais operadoras, enquanto no Pará e em Pernambuco superou a média em quase 70%. O juiz também citou que a Claro liderou a insatisfação em São Paulo com 30% acima da média,

Ele citou o editorial do **Estado** publicado no último sábado e intitulado "Telefonia móvel enquadrada", e argumentou que a própria TIM precisará convencer a Anatel de que pode voltar a comercializar novos planos, após apresentação de um plano de investimentos consistente.

**Diplomacia.** No fim da tarde de ontem, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, garantiu que o fato de a TIM ter pedido a liminar não muda o tratamento que a companhia recebe do governo. "Entrar na Justiça é um direito. A TIM optou por esse caminho e isso não vai impedir um diálogo, mas também não quer dizer que vamos compactuar com a situação. Tanto que convencemos o juiz, que negou a liminar à empresa."

O ministro também comentou que a Embaixada da Itália em Brasília ligou para o ministério na semana passada, durante sua viagem aos Estados Unidos. Segundo Bernardo, o secretário executivo César Alvarez foi orientado a responder que o processo "não tem nada a ver com a diplomacia". "Isso é um problema do consumidor brasileiro com as empresas. O fato de a TIM estar aqui no Brasil há 15 anos não significa que iremos tratá-la melhor ou pior, até porque, para todos os efeitos, ela é uma empresa nacional."

O ministro ainda revelou que possui um aparelho celular da TIM, que ficou sem 3G durante todo o dia na sexta-feira. "E hoje (ontem) fiz duas ligações para Curitiba que caíram no meio da conversa", relatou. "Não temos nada contra a TIM, mas achamos que a qualidade do serviço não está boa no momento."

Procurada pela reportagem, a TIM não se manifestou sobre a decisão da Justiça Federal.

24 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça em Goiás tenta ouvir de novo Cachoeira e mais 7 suspeitos

Audiência seria realizada em maio, mas foi adiada por liminar; segurança foi reforçada com a ida do contraventor a Goiânia

A Justiça Federal de Goiás marcou para hoje as audiências de instrução para o julgamento de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e outros sete membros da organização criminosa comandada pelo contraventor. O processo é resultado da operação Monte Carlo, em que 81 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal.

Em 31 de maio, uma liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) suspendeu os depoimentos. Hoje, 10 testemunhas de defesa e outras quatro de acusação serão ouvidas. Amanhã será a vez dos réus. Um deles – Geovani Pereira da Silva – está foragido.

Cachoeira chegou ontem em Goiânia e foi levado para a Superintendência da Polícia Federal. A segurança no local foi reforçada com policiais federais e agentes do Departamento Penitenciário Nacional. Ele não tem autorização para receber visitas. Sua noiva, Andressa Mendonça, esteve na sede da PF e entregou um bilhete “de amor”.

À tarde, Cachoeira passou por exames psicológicos a pedido do juiz da 11.ª Vara Federal, Alderico Santos. A consulta foi realizada por um perito da PF e acompanhada por Antônio Frota, psiquiatra do contraventor. A partir da avaliação, o magistrado poderá decidir se ele permanece preso ou poderá responder ao processo em liberdade. O magistrado também autorizou que ele conversasse com seus advogados, reservadamente, por quatro horas.

Na última semana, a defesa de Cachoeira tentou suspender as audiências, alegando que nem todas as diligências, especialmente aquelas direcionadas às empresas de telefonia, foram cumpridas. No entanto, o juiz Alderico Santos indeferiu o pedido e manteve as audiências. A defesa de Cachoeira afirmou que não irá recorrer.

Convocado pela CPI que investiga suas relações com políticos, Cachoeira afirmou que estava disposto a contar o que sabia após o depoimento em juízo marcado para amanhã. Alderico Santos é quem vai conduzir as audiências. Ele foi designado pelo TRF-1 depois que Paulo Augusto Moreira Lima, responsável pela abertura do processo de investigação, abandonou a causa diante de ameaças de morte. Santos é tido como um juiz independente e experiente.

Ex-cunhado de Cachoeira, Adriano Aprígio foi solto ontem depois de pagar fiança de R\$ 10 mil. Sócio do Laboratório Vitapan, Aprígio foi preso depois de ameaçar a procuradora Léa Batista de Oliveira.

Ontem, o Superior Tribunal de Justiça negou um novo pedido de habeas corpus e manteve Cachoeira preso.

# Justiça garante parte da operação no Porto

- Anvisa terá que emitir certificados de livre prática para empresas filiadas ao Sindop-PR
- Grevistas suspenderam serviço há uma semana
- Medida deve aliviar fila de navios ao largo

A fila de navios esperando autorização para atracar em um dos 20 berços do Porto de Paranaguá deve começar a se reduzir. A Justiça Federal julgou um dos dois mandados de segurança coletivos impetrados por sindicatos e deu prazo de 48 horas para que os funcionários da Anvisa voltem a receber e emitir certificados de livre prática, que autorizam a operação dos navios.

Serão atendidas as empresas filiadas ao Sindop-PR (Sindicato dos Operadores Portuários). Segundo a Vara Federal da Subseção Judiciária de Paranaguá, elas terão que comprovar a filiação na Anvisa para garantir o benefício.

Se a Justiça seguir a mesma linha, as empresas filiadas ao Sindapar (Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Paraná) também terão o certificado. O sindicato entrou com mandado de segurança na última semana. O processo deve ser julgado hoje.

Outros mandados individuais chegaram à comarca de Paranaguá, que concedeu liminares "para evitar prejuízos de grande monta aos importadores ou exportadores que pos-

**127 navios aguardavam ao largo ontem. Não se sabe quantos ainda precisam do certificado para atracar.**

suem negócios pendentes em razão da greve", conforme argumentou, em uma das decisões, o juiz federal substituto Vicente Ataíde Junior.

Ele diz ainda que a suspensão da atividade pode "ocasionar danos de ordem econômica à sociedade" e que ainda pode haver "abalo da credibilidade nacional junto ao mercado exterior".

## Prejuízo

O recebimento de pedidos e emissão dos certificados foram suspensos na segunda-feira da semana passada por causa da greve nacional da Anvisa. A medida resultou no aumento da fila de embarcações ao largo, que havia se formado antes da paralisação em decorrência do escoamento do alto volume da produção de grãos, importação de fertilizantes e das chuvas, que dificultaram o funcionamento normal do porto.

O Terminal de Contêineres já havia registrado prejuízo e, caso não fosse tomada uma atitude, todo o corredor de exportações, com grãos, farelos e fertilizantes, poderia ser abalado.



24 JUL 2012

# METRO

## **TRE-PR condena revista 'Panorama'**

O TRE-PR condenou ontem a Editora Par e o seu proprietário, José Newton Dalla Bona, ao pagamento de multa de R\$ 5mil por divulgação de propaganda antecipada negativa contra a então pré-candidatura de Gustavo Fruet (PDT) à Prefeitura de Curitiba.

O material foi divulgado pela Revista Panorama na edição de abril de 2012 e tinha como intenção denegrir a imagem de Fruet perante seu eleitorado. Essa votação reverteu a sentença do juiz da 4ª zona eleitoral.

## **Justiça suspende propaganda do governo**

A Justiça Eleitoral determinou no domingo a suspensão "de novas veiculações da publicidade institucional promovida pelo Governo do Estado do Paraná referente às Unidades Paraná Seguro – UPS". O juiz Marcelo Wallbach Silva estabelece multa de R\$ 10 mil por comercial exibido, por considerar que eles beneficiam o candidato à reeleição, prefeito Luciano Ducci. A decisão atende a ação proposta pela coligação Curitiba Quer Mais, que tem Gustavo Fruet (PDT) como candidato a prefeito.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Propaganda da UPS

# 24 JUL 2012

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná acatou os argumentos da coligação Curitiba Quer Mais, que apoia Gustavo Fruet (PDT) na disputa pela prefeitura, e determinou liminarmente que o governo do Estado suspenda imediatamente a veiculação das propagandas referentes à Unidade Paraná Seguro (UPS). Segundo a decisão, publicada no domingo, "a propaganda aqui discutida faz menções diretas à atuação do atual prefeito (Luciano Ducci, do PSB) e candidato a reeleição".

### Ducci

A assessoria de Fruet questiona o fato do programa UPS ter sido lançado em parceria entre as administrações estadual e municipal e "em inúmeras matérias jornalísticas é apresentado como fruto de exitosa parceria entre as esferas municipal e estadual". De acordo com a ação, a campanha de Ducci - que responde como beneficiário da suposta ilegalidade - estaria "repleta de referências às UPS". A proibição de veicular o material vale até 7 de outubro, dia das eleições.

■ Em caso de descumprimento, o juiz do TRE Marcelo Wallbach Silva estipulou multa de R\$ 10 mil por comercial irregularmente veiculado. O governo do Estado tem cinco dias para apresentar defesa.

### Risco

## INFORME

O candidato a prefeito de Engenheiro Beltrão (Centro-Ocidental) pelo PT, José Dalpont, está com o seu registro nas urnas ameaçado. O ministro Ari Pargendler, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou pedido de liminar em habeas corpus em favor de Dalpont, que é ex-prefeito de Engenheiro Beltrão. O habeas corpus ainda será julgado pela 5ª Turma do STJ. O pedido era para suspender uma condenação imposta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que o impediria de se candidatar nas eleições. O ex-prefeito foi condenado a dois anos de reclusão e multa por não ter recolhido nos anos de 1997, 1999 e 2000 imposto de renda de pessoa física quando estava no exercício do cargo. Os valores somariam cerca de R\$ 132 mil. Todos os pedidos de registro de candidatura devem ser julgados até o próximo dia 5.

### Clevelândia

A Justiça Eleitoral indeferiu o pedido de registro de candidatura de Vanderlei Valério (PSDB) a prefeito do município de Clevelândia (Centro-Sul). O tucano já havia chefiado o Executivo municipal de 2001 a 2008. O ex-prefeito teve as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. O prazo para ele apresentar recurso termina hoje.

### CLÁUDIO HUMBERTO

### CPI da OAB

O deputado Marco Feliciano (PSC) articula com outros parlamentares a criação de uma CPI para investigar fraudes no exame da OAB.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Segundo turno

24 JUL 2012

A capital do Acre, Rio Branco, tem chances de realizar pela primeira vez na história o segundo turno nas eleições municipais deste ano. Segundo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), desembargador Pedro Ranzi, um segundo turno em Rio Branco seria um acontecimento histórico, porém, natural, já que o crescimento de eleitores tem sido elevado a cada ano em todo o Estado. Rio Branco, que possui o maior colégio eleitoral do Estado, obteve uma evolução de 4,2% do eleitorado em relação às eleições de 2010.

■ O segundo turno só poder ser realizado em cidades com mais de 200 mil eleitores caso o número de votos não atinja a maioria absoluta no primeiro turno da eleição.

## FÓRUM DO LEITOR

### Trabalho do Gaeco

Louvável o elogio feito ao Gaeco pelo sr. Rubens Ronagnolli (22/7). Realmente este órgão tem efetuado um trabalho muito sério e digno de todo apoio da população londrinense, que vem se manifestando de várias maneiras quanto à seriedade desses senhores e senhoras representantes do MP, mostrando as inúmeras falcatruas na administração pública municipal. Entretanto, a título de complementar a carta do leitor, talvez por esquecimento, é bom aduzir para que os leitores fiquem devidamente informados sobre a questão do ex-governador mineiro Eduardo Azevedo, "pai do Mensalão", e sobre a privatária tucana que foi o maior assalto aos cofres públicos. Fazendo coro à "ilação", "livre-arbítrio" e "não sabia", acrescento o "isso é trololó" dito por José Serra (PSDB) quando questionado sobre o assunto. Parabéns ao Gaeco pelo trabalho e que tenhamos profissionais tão competentes pelo Brasil varonil para nos livrar desses corruptos.

HELEMILTON DIAS DE OLIVEIRA (advogado) - Londrina

## MILITÃO

vv A Associação Brasileira de Magistrados promoverá de amanhã até o dia 29, em Brasília, o 2º Encontro de Motociclismo para seus sócios. Nome do evento: Brasília Moto Capital.

## MAZZA

### Propaganda enganosa

Dá para perceber o acirramento do tapetão na liminar que tirou institucionais do governo (as unidades do Paraná Seguro) como fator de desequilíbrio. Como é difícil, conceitualmente, caracterizá-la como enganosa, em que pese a notória desproporção entre seu enunciado e a realidade concreta, sugere que o governo dá respostas virtuais ao problema que mais angustia a população. Solução virtual como geradora de intenções, nada mais. A virtuosa nunca virá. Violência venceu a parada. É perceptível no medo generalizado.

24 JUL 2012

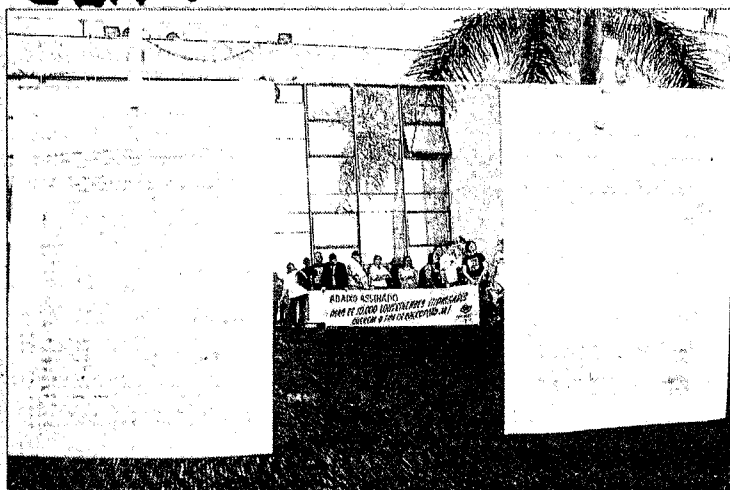
## FOLHA DE LONDRINA

### Prefeito tenta anular CP na Justiça

Lorlane Corneli  
Reportagem Local

Às vésperas da sessão que pode resultar na cassação de seu mandato, o prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), recorreu à Justiça para tentar anular a Comissão Processante (CP) da Centronic. O advogado Rodrigo Alexandre de Castro, de Curitiba, impetrou mandado de segurança contra a Câmara Municipal e todos os vereadores alegando que houve cerceamento de defesa; imparcialidade na votação da abertura da CP, já que votaram vereadores que seriam inimigos declarados de Barbosa; e suposta irregularidade na composição da comissão.

Em 25 páginas, que estão sob análise do juiz substituto Mário Nini Azolini, a defesa do prefeito pede liminar, "considerando que o impetrante está na iminência de ter seu mandato cassado com base em procedimentos absolutamente irregulares e nulos". Sobre o alegado cerceamento de defesa, o advogado afirma que a CP trabalhou "às portas fechadas", não permitiu que o prefeito acompanhasse o processo e a produção de provas e que teve prazo reduzido para apresentar sua defesa.



O movimento popular contra a corrupção "Por Amor a Londrina" acompanhou a entrega do relatório final da CP

O procurador da Câmara, Miguel Ângelo Garcia, rechaçou a tese, afirmando que regimentalmente o plenário poderia ter apreciado a denúncia sem defesa prévia. "Mas adotamos um rito que prevê para a defesa o mesmo prazo que a Procuradoria tinha para analisar a denúncia." Barbosa entregou defesa com três laudas.

O advogado também alega que a participação dos vereadores Joel Garcia (PP) e Amauri Cardoso (-PSDB) na votação da abertura da CP teria tornado a decisão parcial e, portanto, nula. O primeiro é inimigo declarado de Barbosa, sustenta a defesa, e Cardoso "acusou o prefeito de ser responsável por lhe oferecer propina através dos interlocutores Marco Cito (ex-secretário de Governo) e Ludovico Bonato (empresário e amigo de Barbosa), para que vo-

tasse contra a abertura da Comissão Processante".

O advogado se refere à prisão dos dois aliados do prefeito, em 24 de abril, quando foram flagrados pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) entregando R\$ 20 mil a Cardoso, parte de um suposto suborno de R\$ 40 mil. Foi o tucano quem denunciou os fatos

ao Gaeco e possibilitou o flagrante. Uma semana depois, outros três aliados do prefeito foram presos.

"Sendo inimigos declarados, os vereadores votariam a favor da admissão da denúncia", concluiu o advogado. Porém, logo após a prisão de seus aliados, o prefeito "liberou" toda a base para votar a favor da abertura da CP.

O procurador da Câmara lembrou que o impedimento de Cardoso e Joel já havia sido pleiteado pelo prefeito em

mandado de segurança, mas foi negado pela 1ª Vara da Fazenda Pública em abril. "É uma questão superada", resumiu Garcia.

O terceiro argumento da defesa de Barbosa se refere ao fato de Roberto Kanashiro (PSDB) ter presidido a CEI da Centronic e, posteriormente, a CP. Para o advogado Rodrigo Castro, "há suspeição e notória parcialidade". Ele cita decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que anulou CP composta por membro da CEI.

No entanto, para Miguel Garcia, prevalece nos tribunais a tese de que não há impedimento. "Quando o vereador é escolhido por sorteio, como foi o caso em Londrina, não gera impedimento", afirmou. "O Tribunal de Justiça do Paraná, ao julgar agravo do prefeito de Carambei com o mesmo argumento, entendeu não haver impedimento." A reportagem deixou recado ao advogado Rodrigo de Castro, mas ele não retornou ao pedido de entrevista.

Alguns representantes do movimento popular contra a corrupção "Por Amor a Londrina" aproveitaram a entrega do relatório final da CP para protestar em frente ao Fórum Eleitoral e em frente à prefeitura pelo "fim da corrupção". A faixa que eles carregavam lembrava o abaixo-assinado, entregue na última sessão da Câmara antes do recesso parlamentar, que apoiava a CP e as investigações do Gaeco.

### Pedetista alega cerceamento de defesa

24 JUL 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## TRF determina volta das inspeções da Anvisa no porto

**Curitiba** - O Tribunal Regional Federal da 4ª Região determinou ontem o restabelecimento imediato pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) das inspeções dos navios nos Portos de Paranaguá e Antonina. A decisão é do desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e atende a um agravo de instrumento do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná (Sindop). A decisão saiu em caráter de liminar.

O desembargador informou em sua decisão que a "Anvisa deve assegurar, ainda que de forma precária, a execução dos serviços de fiscalização que lhe compete, para que promova a liberação, em tempo hábil, dos navios, conforme o cronograma de atracação, procedendo ao exame dos documentos e, se necessário, a imediata inspeção sanitária dos navios que assim o exigirem".

A decisão deve valer a partir do momento que a Anvisa seja comunicada. A previsão é que as inspeções sejam retomadas e os certificados de Livre Prática devam ter sua emissão normalizada. Esse documento dá permissão de entrada e saída a bordo dos navios, abastecimento das embarcações e a operação no porto. A FOLHA entrou em contato com a Anvisa, mas ninguém atendeu as

ligações. A greve dos servidores completou ontem uma semana.

Antes da decisão do TRF4, as agências de transporte marítimo estavam conseguindo decisões liminares individuais da Justiça para que seus navios atracassem no Porto de Paranaguá. O movimento no terminal portuário é afetado por uma greve de servidores da Anvisa, órgão responsável pela emissão de um certificado que libera a entrada e a saída de pessoas a bordo dos navios.

De acordo com informações da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), a fila de navios ao largo de Paranaguá chegava a 118 embarcações no final da tarde de ontem.

24 JUL 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Ayres Britto pede aumento de salário aos juizes

Em reunião de uma hora com a presidenta da República, Dilma Rousseff, o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Carlos Ayres Britto, pediu a aprovação de um plano de carreira para a magistratura, que prevê um aumento médio de 33% nos salários de juizes e de servidores do Judiciário. A reunião aconteceu no Palácio do Planalto no fim da tarde de ontem (23). Ayres Britto também pediu mais segurança para os magistrados e defendeu o 3º Pacto Republicano. A questão da segurança se tornou prioridade das associações de juizes, após os casos de mortes e ameaças de magistrados nos últimos anos. Já o pacto tem o objetivo de fortalecer as defensorias públicas.

#### **Revista condenada**

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) condenou o empresário José Newton Dalla Bona e sua editora ao pagamento de multa de R\$ 5 mil, cada um, por divulgação de propaganda antecipada negativa contra o candidato à Prefeitura de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT). A edição da revista Panorama com o título "Cascata de lama pode afundar candidatura de Fruet" circulou pela cidade no mês de abril e chegou a ter seus exemplares recolhidos pela polêmica que causou.

24 JUL 2012

## JORNAL DO ESTADO

# Justiça nega liminar de operadora

O juiz federal substituto da 4ª Vara do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), Tales Krauss Queiroz, negou o pedido de liminar da operadora da TIM que pretendia suspender a decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que proíbe a venda de chip e modem da companhia em 18 estados e no Distrito Federal.

Como a decisão da Justiça Federal é referente apenas ao pedido de liminar, o processo de mérito do mandado de segurança continua correndo na Justiça.

“Avalio que a medida da Anatel não foi ilícita e nem desrespeitou o devido processo legal. A medida foi dura e auste-

ra. Mas era necessária”, descreveu em seu despacho do juiz. “Não há, obviamente, uma solução fácil. Mas é preciso que se chegue a uma solução de compromisso, intermediária e equilibrada, que alinhe os objetivos econômicos das teles com os anseios do consumidor. O consumidor, legitimamente, quer pagar menos e falar mais. E quer um serviço de qualidade”, complementou.

A TIM, com cerca de 70 milhões de usuários, foi a única operadora que entrou na Justiça contra a Anatel. A decisão do juiz está disponível na página de consulta processual do

TRF. A empresa ainda pode recorrer da decisão por meio de recurso jurídico chamado agravo de instrumento.

Segundo o procurador-geral da Anatel, Victor Cravo, o juiz do TRF aceitou os argumentos da Advocacia-Geral da União de que a decisão da agência reguladora não causava prejuízo de competição e que os clientes manteriam a possibilidade de escolha. Para Victor Cravo, pesou na decisão do juiz Tales Krauss Queiroz o fato de que a medida cautelar da Anatel “não era decisão inédita” e que foi baseada em “dados de conhecimento da empresa”.

## Desumano

O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o Estado de São Paulo pedindo indenização por danos morais a detentas grávidas que foram mantidas algemadas durante o parto. A prática foi divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no ano passado. A ação foi proposta pelo promotor Alexandre Marcos Pereira, que, na ação, disse que várias presas confirmaram em depoimento a denúncia publicada pelo jornal. “A opinião comum em todos os relatos obtidos foi a de que as mulheres passaram por grande humilhação e sofreram diversas violações a direitos”, diz a ação. “É inconcebível acreditar que a condição de vulnerabilidade em que se encontra a mulher durante o parto e em seu período subsequente permita qualquer reação de fuga que venha justificar a utilização de algemas”, complementa o promotor.

# JORNAL DO ESTADO

ELIANA SAAD

24 JUL 2012

## Uso irregular de redes sociais pode configurar justa causa

De acordo com o Tribunal Superior de o Trabalho colocar fotos nas redes sociais “posts” pode resultar em dispensa por justa causa. A decisão surgiu após uma enfermeira ter sido dispensada pela empresa por justa causa, em razão da sua página de relacionamento ilustrar fotos sem autorização que remetiam brincadeiras e expunham pacientes e enfermeiros.

A enfermeira entrou com pedido de descaracterização da justa causa, com indenização por danos morais, alegava que o hospital praticou ato de discriminação, uma vez que outros colegas de trabalho também publicaram fotos com o mesmo teor e não foram punidos. Apesar de, em primeira instância, a profissional ter tido sucesso, a decisão foi revista e os pedidos indeferidos. Este é um caso que pode gerar demissão por justa causa, pelo mau uso da internet no ambiente de trabalho.

A utilização do e-mail corporativo para fins diversos e não, exclusivamente, para o desempenho de atividades inerentes a rotina de trabalho pode caracterizar justa causa, porque a imagem da empresa está veiculada a esta ferramenta de comunicação. O uso de palavras de baixo calão, desabafos e reclamações sobre o emprego ou padrão podem prejudicar a manutenção do empregado na empresa; mesmo que não haja colegas de trabalho vinculados nas redes sociais ou o próprio chefe é possível que sejam feitas denúncias sobre ocorrências compro-

metedoras, por vezes, até inverídicas.

De uma forma ou de outra, o empregado está inserido no contexto da empresa, suas atitudes levianas e comportamentos reprováveis poderão causar danos ao estabelecimento e, portanto, refletir na decisão da empresa por manter ou não o vínculo com o funcionário.

Atualmente os comentários em redes sociais, Facebook, Twitter e blogs são analisados pelas empresas ao possibilitar o conhecimento das expressões e pensamentos do candidato a vaga, portanto, haverão juízo de valores sobre a conveniência e adequação ao novo emprego. Algumas empresas bloqueiam o acesso a redes sociais; entretanto existe ferramentas de monitoramento que informam quando há menções à companhia. A tecnologia dos smartphones rompe essa barreira.

Portanto, fica a recomendação que o trabalhador separe sua vida profissional de sua vida pessoal e utilize o bom senso para divulgar os posts para que não resulte na perda do emprego por justa causa.

Eliana Saad,

Advogada, sócia-diretora da Saad & Castello Branco, com atuação na área cível e trabalhista. Responsável pelo Portal da Cidadania, utilizado para divulgar direitos e valores da pessoa, que são deixados de lado por desconhecimento.



24 JUL 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

**Celular** | Só queixas. Ministro acredita na retomada das vendas no prazo de 15 dias com soluções e planos de investimentos

# Sem jeitinho

O remédio amargo dado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que proibiu a comercialização de novos planos de telefonia móvel, de voz e de dados, parece que ainda não foi suficiente para a operadora TIM. Ontem, primeiro dia da proibição, os clientes antigos seguiram com a rotina de insatisfação. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse acreditar que as operadoras devem retomar as vendas dentro de 15 dias. Para ele, esse é um prazo "mais que suficiente" para que as empresas apresentem soluções, planos de investimento e convençam que vão melhorar os indicadores.

O ministro ainda revelou que tem aparelho celular da TIM, e ficou sem 3G durante todo o dia na sexta-feira. "E hoje (ontem) fiz duas ligações para Curitiba que caíram no meio da conversa", detalhou. "Não temos nada contra a TIM, mas achamos que a qualidade do serviço não está boa no momento." Apesar de achar que o prazo de 15 dias "razoável", Bernardo disse que não haverá interferências, por parte do ministério, sobre a agência. "Não vou ligar e perguntar se não vão liberar as empresas. Não estamos com pressa, quem esta com pressa são eles. Ninguém vai pressionar a Anatel. Ninguém vai dar um jeitinho", disse.

### Justiça não libera comércio

Já a designer Suzana Dias, cliente há dez anos, foi à loja para ver os novos aparelhos. Por diversas experiências frustrantes, diz apoiar integralmente a decisão da Anatel. "Sempre houve problemas de ligações cortadas ou falta de sinal. Depois da promoção dos R\$ 0,25 por minuto, estragou de vez", citou.

Ontem, a Justiça Federal negou o pedido da operadora de manter suspensas as vendas de chips. O juiz federal substituto da 4.ª Vara, Tales Krauss Queiroz, alegou que "de dois anos para cá, é pública e notória a piora na qualidade dos serviços de telefonia celular do País. Há a sensação generalizada por parte dos usuários de que a qualidade caiu". A Anatel informou que esta semana não deve liberar a retomada das vendas.

### Descontentamento

Duas clientes que saíram da TIM Store da Rua XV de Novembro, no Centro, estavam descontentes com o serviço. A dona de casa Izoleide Ferreira, que é cliente há anos, coleciona episódios de problemas com a operadora. O último deles começou no sábado, quando comprou créditos para o celular que, até o final da tarde de ontem, não tinham sido creditados. "É a segunda vez que fui até a loja para verificar o que aconteceu e, pela segunda vez, o atendente que poderia resolver o problema está ausente", relatou. "Não é à toa que foram punidos. O pior é que pelo jeito vou ter que gastar comprando mais créditos e sem saber se vão creditar ou falhar novamente", avaliou. A assessoria de imprensa da TIM informou que a loja tem dois atendentes de pós-venda, mas prometeu averiguar o que houve.

### Determinação é ignorada

Mesmo nas revendas, como a banca Moreira, que vende chips de todas as operadoras que atuam no Paraná, a decisão da Anatel foi cumprida. Na banca, um jornal cobria o cartaz com o preço do chip da TIM. Já nos pontos de vendas da operadora, um comunicado discreto foi afixado conforme previa a medida cautelar contra a TIM. Entretanto, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-PR) já tinha informações que alguns estabelecimentos insistiam em



Claudia: denúncia.

descumprir a determinação. "Tanto a venda do chip quanto a habilitação estão proibidas. Quem porventura comprar e só depois descobrir que o chip não pode ser habilitado, deve denunciar a loja para a Anatel e levar o comprovante de compra para o Procon", informou a coordenadora do Procon-PR, Claudia Silvano. É a partir do comprovante que o órgão pode atuar para que o cliente desavisado seja ressarcido. A TIM informou que sua central técnica está orientada a não fazer ativação dos chips nos estados afetados pela decisão da Anatel.

24 JUL 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Ex-PM acusado de homicídio será julgado

O Tribunal do Júri julga hoje, às 9h, o crime atribuído ao ex-policial militar Omar Assaf Júnior. Ele é acusado de, em 16 de agosto de 2009, matar com vários tiros o estudante de Direito Thiago Klemtz de Abreu Pessoa, 19 anos, próximo ao Clube Harmonia, no Bigorriho.

Omar está foragido e será julgado à revelia. Sua pena pode variar de 12 a 30 anos de prisão. Segundo testemunhas, depois de efetuar o primeiro disparo, o assassino teria trocado o carregador da pistola para atirar novamente em Thiago, que pedia pela vida. Ele foi morto com três tiros, na barriga, peito e cabeça. No julgamento serão ouvidas nove testemunhas.

#### **Frieza**

As provas testemunhais não apontam justificativa para a ação do ex-policial, e sim que ele agiu de forma fria, desnecessária e cruel. O pai da vítima, Thomas Pessoa, lamenta que a Justiça deixou Omar escapar da prisão e hoje ser julgado como foragido. "Meu filho não teve como fugir", disse.

23/07/2012 16:53

ALEP

## Pacote de projetos do TJ visa agilizar prestação jurisdicional no Paraná

23 JUL 2012

Foto: Sandro Nascimento/Alep



*Presidente do TJ/PR, desembargador Miguel Kfoury Neto.*

Só no último mês de trabalho antes do recesso parlamentar de meio de ano a Assembleia Legislativa votou 16 projetos de lei do Tribunal de Justiça do Estado, a grande maioria tratando da criação de novas varas e comarcas, desmembramento e elevação de comarcas em vários pontos do Paraná. Ao longo do primeiro semestre de 2012 foram enviadas à Casa de Leis nada menos que 35 proposições do TJ, quase todas com o objetivo de ampliar a prestação de serviços jurisdicionais, tornando mais dinâmica e eficaz a aplicação da justiça.

O presidente do Tribunal, desembargador Miguel Kfoury Neto, destaca que, com o apoio do Poder Legislativo e do Poder Executivo, foram criadas, em pouco mais de um ano, 103 novas varas e comarcas na Região Metropolitana de Curitiba e no Interior, com ênfase para aquelas varas que têm contato mais direto com a população, como é o caso das criminais e de família, infância e juventude: “O objetivo é oferecer ao cidadão a possibilidade de uma justiça mais rápida, e os parlamentares têm se mostrado sensíveis a isso, analisando e aprovando as nossas propostas com rapidez”, pondera. O Paraná tem hoje 161 comarcas espalhadas por todo o seu território.

**Fazenda Pública** – Até bem pouco tempo o Estado não tinha varas da Fazenda Pública fora da Capital. Hoje dispõe de quatro em Londrina, duas em Foz do Iguaçu, uma em São José dos Pinhais e uma em Paranaguá, já instaladas ou em fase de instalação. Os pleitos foram apresentados ao Judiciário por deputados, prefeitos, vereadores, juízes, promotores, advogados, empresários, enfim, representantes dos diversos segmentos da população, levando em conta a demanda por tais serviços: “O município atinge a maturidade quando passa a contar com uma comarca ou fórum”, observa o desembargador, reconhecendo que as reivindicações são justas e visam sempre acrescentar agilidade à tramitação dos processos.

As ações do TJ têm sido facilitadas também, segundo Kfoury, pelo fato do atual Governo estar repassando integralmente as parcelas mensais referentes à dotação orçamentária anual do Poder, que é de 9,6% do Orçamento do Estado, permitindo o planejamento mais seguro e regular das melhorias necessárias: “Até o início do ano que

**CONTINUA**

vem teremos criado mais 150 cargos de juizes”, prevê, qualificando como “um importante salto de qualidade” na atuação do Judiciário a criação dos cargos em comissão de assessoria para os magistrados, privativos de bacharéis em Direito. Os juizes de entrância final passaram a dispor de um assessor 1-C, um assessor 3-C e um estagiário de pós-graduação, com salários em torno de R\$ 2,4 mil mensais: “Outros Estados já dispunham desse tipo de assessoramento. E com o advento da informatização, o processo volta muito mais rapidamente às mãos do juiz. Nas áreas de Família, Infância e Juventude e dos Juizados Especiais, por exemplo, uma tramitação que levava até trinta dias foi reduzida para apenas algumas horas. Portanto é necessário que o juiz disponha de uma boa estrutura de apoio para fazer frente a essa realidade”, argumenta.

**Regionalização** – Como exemplo dos bons resultados decorrentes da criação das novas divisões forenses regionais de Curitiba, o desembargador cita o caso do bairro de Santa Felicidade, cujo fórum, com menos de um mês de instalação, já conta com uma movimentação das mais expressivas. “Quando a demanda for grande, essas divisões poderão ser regionalizadas. O que vemos é que quando o cidadão tem uma representação do Poder Judiciário mais próxima de seu domicílio, busca com mais frequência os seus direitos, materializando o nosso ideal de uma Justiça mais célere e mais próxima da sociedade”.

Frisando que a ampliação da estrutura do Poder Judiciário se deve a um esforço cumulativo, que vem somando o empenho de gestões anteriores, Kfoury concorda que a regionalização da prestação jurisdicional implica ainda na aplicação de novos critérios em relação à distribuição dos processos, principalmente o que leva em conta a localização do domicílio do reclamante. Ele tem a opção de entrar com a ação no fórum mais próximo de sua casa, sem precisar se deslocar até as sedes centrais.

Referindo-se à próxima inauguração da Vara da Família, da Infância e da Juventude, em modernas instalações na Rua da Glória, próximo ao Centro Cívico, em Curitiba, o desembargador sublinha que a aprovação pela Assembleia Legislativa do projeto que cria 75 cargos de nível superior para esta e outras varas similares em todo o Estado, praticamente dobrando o contingente anterior, é outra medida que contribui de forma expressiva para o desembaraço dos processos nessa área.

**Serventias estatizadas** – A estatização das serventias foi outro fator que teve impacto na adequação da estrutura judiciária. Dezesseis foram estatizadas só nesta gestão, somando cerca de trinta até agora. E novas ainda devem acontecer, de acordo com os pressupostos da Comissão de Organização e Divisão Judiciária – CODJ. As várias medidas compõem a 1ª etapa de um plano plurianual de desenvolvimento do Poder Judiciário.

Kfoury refuta as críticas de lentidão frequentemente atribuídas ao Poder, enfatizando que o Paraná foi o único Estado que atingiu a meta de produtividade em 2011, julgando 8% a mais do que os índices pré-estabelecidos. Ele acredita que os parâmetros de 2012 serão ainda melhores, também por conta dos benefícios da tecnologia: “Hoje temos as entrâncias finais de Londrina e Maringá totalmente informatizadas. A intenção é informatizar todas as varas de Curitiba até o final do ano”. Sempre em conformidade com a política de ampliação das prestações jurisdicionais, mais alguns projetos devem ser remetidos ao Legislativo no mês de agosto: “Depois disso, as decisões ficarão para a

**CONTINUAÇÃO**

**ALEP**

**23 JUL 2012**

próxima administração, pois não podemos comprometer o orçamento futuro”, complementa Miguel Kfoury Neto.

**Os projetos** – Dentre as proposições do Tribunal de Justiça que foram analisadas e votadas pela Assembleia Legislativa no final do primeiro semestre deste ano estão o projeto de lei nº 292/12, que propõe a criação da 2ª Vara Cível no foro regional de Araucária, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, que implica também na criação de três novos cargos: um de juiz de Direito, um cargo de assistente I e um de assistente II de Juiz de Direito, todos privativos de Bacharel em Direito. O projeto de lei nº 293/12 propõe a criação da 2ª Vara Cível e um cargo de juiz de Direito na comarca de Irati; o projeto de lei nº 294/12 prevê a criação da 3ª Vara Cível da comarca de Umuarama, de entrância final, também com a criação de três novos cargos para supri-la.

O desmembramento do Juízo único do foro regional de Mandaguari da comarca da Região Metropolitana de Maringá, bem como a criação de um cargo de juiz de Direito para o foro é o que prevê o projeto de lei nº 295/12. Já o projeto de lei nº 296/12 trata da elevação das comarcas de Apucarana, Araongas, Campo Mourão, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Toledo e União da Vitória à entrância final.

O projeto de lei nº 297/12 propõe a criação da Vara de Família no foro regional de Colombo, da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, bem como a criação de três cargos necessários à sua implementação; o projeto de lei 298/12 eleva a comarca de Prudentópolis da entrância inicial para intermediária; o projeto de lei nº 299/12 trata da criação da comarca de Ampere, na região Sudoeste do Estado, pertencente à jurisdição das Varas de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Francisco Beltrão; o projeto de lei nº 300/12 eleva a comarca de Jaguariaíva, no Norte Pioneiro, de entrância inicial para entrância intermediária; e o projeto de lei nº 301/12 propõe o desmembramento do juízo Único da comarca de Ibaiti e cria um cargo de juiz de Direito para a comarca.

Foram votados ainda o projeto de lei nº 318/12, que trata da adequação da Justiça Militar Estadual aos artigos nº 125 (parágrafos 4º e 5º) da Constituição Federal, e nº 108 (parágrafos 2º e 3º) da Constituição Estadual; o projeto nº 319/12, que transfere o município de Jataizinho da comarca de Uraí, de entrância inicial, para o foro regional de Ibiporã, da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final; e o projeto de lei nº 320/12, que cria a 1ª e 2ª Varas da Fazenda Pública na Comarca de Foz do Iguaçu.

Fonte: Assessoria de Comunicação (41) 3350-4049 / 4188

Jornalista: Sandra C. Pacheco